

CONSELHO DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS DOS SERVIDORES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CONSELHO PLENO
ATA DA 4ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2019
<p>*Ao décimo segundo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, às onze horas (11h), no recinto do Plenário, reuniram-se os Membros do Conselho de Recursos Administrativos dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro - CRASE/RJ, para a realização da Quarta Sessão Ordinária do Conselho Pleno deste ano, sob a presidência do Sr. Vice-Presidente, <b>Dr. Paulo Roberto de Azevedo Junior</b>, que contou com a presença dos Conselheiros <b>Dra. Thais de Andrade Ribeiro</b>, <b>Dra. Juliana Duque Estrada Schmid Pedro</b>, <b>Dr. Alexandre de Albuquerque Sá</b>, <b>Dra. Roberta Monnerat Alves</b>, <b>Dr. Carlos Eduardo Correa de Miranda</b>, <b>Dr. Roberto José de Mello Oliveira Alves Filho</b>, <b>Dr. Marcelo Alves Freire</b>, <b>Dr. João Raimundo do Nascimento</b>, <b>Dr. Christiano de Oliveira Taveira</b> e <b>Dr. Luiz Paulo Sousa dos Santos</b>. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros <b>Dr. Diógenes Ivo Fernandes de Sousa Silva</b> e <b>Dr. Carlos Augusto Silva de Carvalho</b>. Participaram da Mesa, além do Sr. Vice-Presidente, os Srs. Presidentes de Câmara, <b>Dr. Guilherme Thomaz</b>, <b>Dr. Eduardo Itagyba de Araújo Padilha</b> e <b>Dra. Solange Maria Motta Cardoso</b>. Em havendo quórum para deliberação, o Sr. Presidente deu início aos trabalhos, incluindo em pauta o julgamento do <b>Recurso de Ofício nº 3.517/2016, processo nº E-03/10200273/2008, de DAYSE DE AMORIM MARQUES</b>. Estando ausente a servidora, a Presidência concedeu a palavra ao Conselheiro Relator, <b>Dr. Alexandre de Albuquerque Sá</b>, para a leitura do Relatório e proferir seu voto, que foi no sentido de dar provimento ao Recurso de Ofício, por considerar ilícita a acumulação de cargos da servidora. Votaram com o Relator todos os demais Conselheiros presentes, com exceção do Conselheiro <b>Dr. Roberto José de Mello Oliveira Alves Filho</b>, que negou provimento ao Recurso de Ofício. <b>DECISÃO:</b> Acordam os membros do Conselho Pleno do CRASE/RJ, por maioria, em dar provimento ao Recurso de Ofício, considerando ilícita a acumulação, nos termos do voto do Relator. Em prosseguimento, o Sr. Presidente incluiu em pauta o julgamento do <b>Recurso de Ofício nº 3.533/2016, processo nº E-27/007/11164/2012, de LUCIANA DE ARAÚJO BRITTO</b>. (Advogada <b>Dra. Patrícia Ferreira Ghenov</b> - OAB/RJ 148.422). Presente a servidora, que preferiu não fazer uso da palavra, na forma permitida pelo regimento interno do Colegiado. Sendo assim, a Presidência concedeu a palavra ao Conselheiro Relator, <b>Dr. Alexandre de Albuquerque Sá</b>, para a leitura do Relatório e proferir seu voto, que foi no sentido de negar provimento ao Recurso de Ofício, por considerar lícita a acumulação de cargos da servidora. Votaram com o Relator todos os demais Conselheiros presentes, aduzindo o ilustre Presidente de Câmara <b>Dr. Guilherme Thomaz</b>, que a Resolução SEPLAG 847 de 09/01/13 já elencava o cargo de Assistente Social dentre as profissões regulamentadas na área de Saúde, a par da servidora pertencer ao Quadro de Oficiais de Saúde do CBMERJ (fl. 4 dos autos), conforme bem destacou o Conselheiro <b>Dr. Christiano de Oliveira Taveira</b>. <b>DECISÃO:</b> Acordam os membros do Conselho Pleno do CRASE/RJ, por unanimidade, em negar provimento ao Recurso de Ofício, considerando lícita a acumulação, nos termos do voto do Relator. Por fim, o Sr. Presidente incluiu em pauta o julgamento do <b>Recurso de Ofício nº 3.560/2017, Processo nº E-03/11400351/2007, de OSVALDO PEREIRA DE ARAÚJO FILHO (Dr. Marcos Túlio Ferreira Santos Vieira</b> - OAB/RJ 134.513). Presente o advogado do servidor, que fez uso da palavra, na forma regimental, sustentando suas razões de direito, logo após a leitura do Relatório pelo Conselheiro Relator, <b>Dr. Alexandre de Albuquerque Sá</b>. Encerrada a sustentação, passou o Conselheiro Relator a proferir seu voto, que foi no sentido de negar provimento ao Recurso de Ofício, por considerar lícita a acumulação de cargos do servidor. Votaram com o Relator todos os demais Conselheiros presentes. <b>DECISÃO:</b> Acordam os membros do Conselho Pleno do CRASE/RJ, por unanimidade, em negar provimento ao Recurso de Ofício, considerando lícita a acumulação, nos termos do voto do Relator. <b>NADA MAIS</b> havendo a tratar, foi declarada encerrada a sessão plenária, às 13h (treze horas). Para constar, eu, <b>Sebastião Araújo da Costa</b>, Secretário do Pleno do CRASE/RJ, lavrei a presente ATA, que será assinada por mim e pelo Sr. Vice-Presidente do CRASE/RJ, <b>Dr. Paulo Roberto de Azevedo Junior</b>, nos termos do § 1º do art. 68, do Regimento Interno do CRASE/RJ.</p>
<div><div>SEBASTIÃO ARAÚJO DA COSTA</div><div>Secretário</div></div>
<div><div>PAULO ROBERTO DE AZEVEDO JUNIOR</div><div>Vice-Presidente</div></div>
<p>*Republicada por incorreções publicada no D.O. de 16.11.2020. Processo nº SEI-150001/008784/2020</p>
<div><div>SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL SUPERINTENDÊNCIA DE CONTRATOS E COMPRAS</div><div>ATO DA SUPERINTENDENTE</div><div>PORTARIA SECC/SUPCC Nº 07 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2020</div></div>
<div><div>DESIGNA SERVIDORES PARA COMPOR A COMISSÃO DE GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO.</div></div>
<p><b>A SUPERINTENDENTE DE CONTRATOS E COMPRAS DA SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL</b>, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 1º da Resolução SECC nº 14, de 12 de novembro de 2020,</p> <p><b>CONSIDERANDO:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- o disposto no art. 58, inciso III, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o qual estabelece o dever-poder de a Administração Pública fiscalizar a execução dos contratos administrativos;</li><li>- o disposto no art. 67 e parágrafos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que determina que a fiscalização da execução do contrato administrativo far-se-á por representantes da Administração Pública especialmente designado;</li><li>- o disposto no art. 6º do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, e</li><li>- o disposto no Processo nº SEI-15/001/016389/2019,</li></ul> <p><b>RESOLVE:</b></p> <p><b>Art. 1º</b> - Substituir e designar os servidores, abaixo relacionados, para compor a Comissão de Gestão, Acompanhamento e Fiscalização do Contrato nº 009/2019, celebrado com a EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA E COMERCIO S/A - EBEC.</p> <p><b>GESTOR:</b> GABRIELA LOUISE MIRANDA WHITE, ID Funcional nº 5105470-1;</p> <p><b>FISCAIS:</b> MAURICIO MEYER BENISTE, ID Funcional nº 5087564-7; JAYSOM FONSECA DA SILVA, ID Funcional nº 5103952-4; DAVID RICARDO GONÇALVES COSTA - MAJ PM, ID Funcional nº 2241456-8, em substituição a servidora NADIA PASCHOAL HOLANDA, ID Funcional nº 5023340-8</p> <p><b>SUPLENTE:</b> EDNOMOR DA SILVA FERREIRA, ID Funcional nº 5088668-1.</p> <p><b>Art. 2º</b> - O gestor e os fiscais ora designados deverão observar e cumprir as regras estabelecidas pelo Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações no âmbito do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, especialmente, os artigos 12 e 13 da referida norma.</p> <p><b>Art. 3º</b> - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Rio de Janeiro, 08 de dezembro de 2020</p> <p><b>DÉBORA PEÇANHA GONÇALVES</b> Superintendente de Contratos e Compras</p>
<div><div>SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL SUPERINTENDENTE DE CONTRATOS E COMPRAS</div><div>ATO DA SUPERINTENDENTE</div><div>PORTARIA SECC/SUPCC Nº 09 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2020</div></div>
<div><div>DESIGNA SERVIDORES PARA COMPOR A COMISSÃO DE GESTÃO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO.</div></div>

**A SUPERINTENDENTE DE CONTRATOS E COMPRAS DA SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL**, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 1º da Resolução SECC nº 14, de 12 de novembro de 2020,

**CONSIDERANDO:**

- o disposto no art. 58, inciso III, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o qual estabelece o dever-poder de a Administração Pública fiscalizar a execução dos contratos administrativos;
- o disposto no art. 67 e parágrafos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que determina que a fiscalização da execução do contrato administrativo far-se-á por representantes da Administração Pública especialmente designado;
- o disposto no art. 6º do Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, e
- o disposto no Processo nº SEI-12/001/033760/2019,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Designar os servidores abaixo relacionados para compor a Comissão de Gestão, Acompanhamento e Fiscalização do Contrato nº 006/2020, celebrado com a Empresa CLARO S/A.

**GESTOR:**  
GABRIELA LOUISE MIRANDA WHITE, ID Funcional nº 5105470-1;

**FISCAIS:**  
MONICA APARECIDA MONGE DIAS, ID Funcional nº 5098568-0;  
JOÃO PAULO DA SILVA NEVES, ID Funcional nº 5005118-0;  
CRISEUDA ALVES DE ANDRADE, ID Funcional nº 5102916-2;

**SUPLENTE:**  
IVO LAINO FILHO, ID Funcional nº 5087564-7;  
CHRYSTIAN IVAN DE SOUSA BENEVIDES, ID Funcional nº 5101564

**Art. 2º** - O gestor e os fiscais ora designados deverão observar e cumprir as regras estabelecidas pelo Decreto Estadual nº 45.600, de 16 de março de 2016, que regulamenta a gestão e a fiscalização das contratações no âmbito do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, especialmente, os artigos 12 e 13 da referida norma.

**Art. 3º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.  
Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 2020

**DÉBORA PEÇANHA GONÇALVES**  
Superintendente de Contratos e Compras

Id: 2287480

#### ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

#### SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

##### ATOS DO PRESIDENTE

#### PORTARIA PRODERJ/PRE Nº 811 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2020

**INSTITUI COMISSÃO DE SINDICÂNCIA PARA APURAR OS FATOS RELATADOS NO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº SEI-120211/001704/2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PRESIDENTE DO CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PRODERJ**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 4º do Manual do Sindicante, aprovado pelo Decreto nº 7.526, de 06 de setembro de 1984;

##### RESOLVE:

**Art. 1º** - Instituir Comissão de Sindicância para apurar os fatos relatados no Processo nº SEI-120211/001704/2020.

**Art. 2º** - Ficam designados os servidores relacionados abaixo para, sob a presidência do primeiro, compor a Comissão:

HENRIQUE NASCIMENTO DOS SANTOS, ID nº 42566452;  
FERNANDA FERRO BALTHAZAR, ID nº 51059436;  
MARIANA BRAZIL DA SILVA, ID nº 50827928.

**Art. 3º** - A Comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação da presente Portaria para apresentar a conclusão dos trabalhos.

**Art. 4º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2020

**JOSÉ MAURO DE FARIAS JUNIOR**  
Presidente

Id: 2287433

#### PORTARIA PRODERJ/PRE Nº 812 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2020

**REVOGA A PORTARIA PRODERJ/PRE Nº 767, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2019.**

**O PRESIDENTE DO CENTRO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PRODERJ**, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto nº 41.797, de 02 de abril de 2009, e o constante dos autos do Processo nº SEI-120211/001665/2020;

##### RESOLVE:

**Art. 1º** - Fica revogada a Portaria PRODERJ/PRE nº 767, de 26 de novembro de 2019.

**Art. 2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 21 de outubro de 2020.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2020

**JOSÉ MAURO DE FARIAS JUNIOR**  
Presidente

Id: 2287434

#### DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

##### ATO DO PRESIDENTE

#### PORTARIA DETRAN Nº 5937 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2020

**DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DA VALIDADE DO CREDENCIAMENTO DE CENTROS DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES.**

**O PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - DETRAN/RJ**, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº SEI-160150/002554/2020, e

##### CONSIDERANDO:

- o estado de pandemia mundial decorrente do coronavírus, (COVID-19), inclusive já declarada como tal pela OMS - Organização Mundial de Saúde, oportunidade em que foram elencadas as medidas protetivas e preventivas necessárias para coibir sua disseminação;

- o Decreto nº 46.973, de 16 de março de 2020, que reconhece a situação de emergência na saúde pública do Estado do Rio de Janeiro em razão do contágio e adota medidas de enfrentamento da propagação decorrente do Novo Coronavírus (COVID 19);

- o Decreto nº 46.984, de 20 de março de 2020, que decreta o estado de calamidade pública no Estado do Rio de Janeiro em decorrência do Novo Coronavírus (COVID 19);

- o Decreto nº 47.345, de 05 de novembro de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento e propagação do Novo Coronavírus (COVID 19), cujo prazo previsto no seu art. 5º foi prorrogado por 30 dias pelo Decreto nº 47.369, de 18 de novembro de 2020;

- a Resolução CONTRAN nº 801/20, que prorroga por um ano o prazo para a renovação das credenciais dos diretores e instrutores de trânsito e para a renovação da frota de veículos de aprendizagem das Autoescolas/CFCs de todo o país;

- a paralisação das atividades dos Centros de Formação de Condutores durante o período de isolamento social decretado pelo Poder Público;

- a necessidade de providências da Administração Pública com vistas à preservação dos direitos dos usuários e das empresas credenciadas, a fim de que o estado de pandemia não comprometa o andamento dos processos de formação de condutores e os processos de renovação de credenciamento e no intuito de resguardar a segurança jurídica das entidades e profissionais credenciados.

##### RESOLVE:

**Art. 1º** - Esta portaria dispõe sobre a prorrogação do prazo de validade dos credenciamentos concedidos aos Centros de Formação de Condutores, em decorrência do atual estado de pandemia causado pelo coronavírus e do isolamento social aplicado como meio de combate a sua disseminação.

**Art. 2º** - Sem prejuízo ao estabelecido na Portaria PRES-DETRAN/RJ nº 4.162, de 18 de janeiro de 2011, publicada pelo DETRAN/RJ, fica prorrogado, até 01 de junho de 2021, em caráter excepcional, o prazo de validade dos credenciamentos dos Centros de Formação de Condutores no Estado do Rio de Janeiro.

**Parágrafo Único** - A medida estabelecida no caput deste artigo abarca tão somente os Centros de Formação de Condutores cujo prazo de vencimento do credenciamento foi prorrogado em virtude do previsto na Portaria PRES-DETRAN/RJ nº 5868/2020.

**Art. 3º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 2020

**ADOLPHO KONDER H. DE C. FILHO**  
Presidente do DETRAN/RJ

Id: 2287546

#### DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

##### ATO DO PRESIDENTE

#### PORTARIA DETRAN Nº 5948 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2020

**DISPÕE SOBRE OS PRAZOS DE PROCESSOS E PROCEDIMENTOS DA DIRETORIA DE REGISTRO DE VEÍCULOS DO DETRAN-RJ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, no uso de suas atribuições legais e,

##### CONSIDERANDO:

- que cabe ao Poder Público reduzir as possibilidades de contágio do Coronavírus (Sars-COV-2), causador da doença COVID-19;

- a Res. CONTRAN nº. 805/20, que dispõe sobre os prazos de processos e de procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito e às entidades públicas e privadas prestadoras de serviços relacionados ao trânsito;

- o Art. 14 da Res. CONTRAN nº. 805/2020, que estabelece que "Os órgãos e entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal poderão estabelecer prazos para renovação do Licenciamento Anual dos Veículos registrados sob sua circunscrição, referente ao exercício de 2020, de acordo com o algarismo final da placa de identificação, além dos limites fixados no art. 1º da Resolução CONTRAN nº 110, de 24 de fevereiro de 2000";

- o Art. 18 da Res. CONTRAN nº. 805/2020, que revoga a Resolução CONTRAN nº 782, de 2020;

- o constante dos autos do processo nº SEI-160059/003810/2020;

##### RESOLVE:

**Art. 1º** - Restabelecer os prazos suspensos sob o efeito da Resolução CONTRAN nº. 782/2020, no que tange aos processos e procedimentos afetos aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito, conforme previsto na Resolução CONTRAN nº. 805/20.

**Art. 2º** - Para fins de fiscalização cessa-se a interrupção dos seguintes prazos:

I - O previsto no § 1º do art. 123 do CTB, para o proprietário adotar as providências necessárias à efetivação de transferência de propriedade de veículo adquirido desde 19 de fevereiro de 2020;

II - O previsto no § 2º do art. 123 do CTB, para o proprietário comunicar o novo endereço em caso de transferência de domicílio ou residência no mesmo município, para mudança de endereço desde 19 de fevereiro de 2020;

III - O previsto no caput do art. 134 do CTB, para o proprietário antigo realizar a comunicação de venda de veículo vendido desde 19 de fevereiro de 2020; e

IV - Os previstos na Resolução CONTRAN nº 04, de 23 de janeiro de 1998, relativos a registro e licenciamento de veículos novos, desde que ainda não estivessem expirados em 20 de março de 2020.

**Art. 3º** - O veículo novo, adquirido de 19 de fevereiro de 2020 a 30 de novembro de 2020, poderá ser registrado e licenciado até 31 de janeiro de 2021.

**Art. 4º** - Para a realização de Transferência de Propriedade de veículos deverão ser considerados os seguintes prazos:

I - Veículos adquiridos a partir de 01 de dezembro de 2020 retorna-se o prazo previsto no § 1º do art. 123 do CTB;

II - Veículos adquiridos no período entre 19 de fevereiro de 2020 e 30 de novembro de 2020, os prazos serão exigidos de acordo com o ANEXO I.

III - Veículos adquiridos antes de 19 de fevereiro de 2020 retorna-se o prazo previsto no § 1º do art. 123 do CTB;

**Art. 5º** - O calendário de prazos de licenciamento de veículos, para o exercício de 2020, de acordo com o final da placa de identificação, será considerado de acordo com o ANEXO II.

**Art. 6º** - Fica revogado o Art. 2º da Portaria DETRAN/SEI Nº 5829 DE 13/03/2020, o Art. 6º da Portaria DETRAN/SEI Nº 5775 de 20/12/2019, bem como os dispositivos em contrário.

**Art. 7º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2020

**ADOLPHO KONDER H. DE C. FILHO**  
Presidente do DETRAN/RJ